

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.472.134 - AL (2019/0088525-9)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**AGRAVANTE : JABES FELISDORO DA SILVA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**

### **EMENTA**

PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. RECONHECIMENTO DE CRIME IMPOSSÍVEL. MONITORAMENTO ELETRÔNICO. DESCABIMENTO. SÚMULA 567/STJ. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE.

Agravo conhecido para negar provimento ao recurso especial.

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por **Jabes Felisdoro da Silva** contra decisão do Tribunal de Justiça de Alagoas que, em juízo de admissibilidade, não admitiu o recurso especial por ele apresentado, em que impugnava o acórdão proferido na Apelação n. 0701022-92.2015.8.02.0067, assim ementado (fl. 215):

PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. ALEGAÇÃO DE QUE O MONITORAMENTO DE SEGURANÇA DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL INVIABILIZARIA A CONSUMAÇÃO DO CRIME. CRIME IMPOSSÍVEL NÃO CONFIGURADO. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 567 DO STJ.

1 - Não caracteriza crime impossível a presença de sistema de vigilância do estabelecimento comercial vítima da prática delitiva, vez que não impede a consumação do crime de forma absoluta, apenas minimizam as perdas dos comerciantes.

2 - Constatando que o meio escolhido pelo agente é de inidoneidade relativa, não há como acatar a tese absolutória.

3 - Recurso conhecido e, no mérito, não provido.

Nas razões do especial, apontou a Defensoria Pública contrariedade ao art. 17 do Código Penal. Sustentou, em suma, a caracterização do crime impossível, dada a ineficácia absoluta do meio empregado (acompanhamento contínuo da conduta do recorrente por agentes de segurança da vítima e preparação dos vigilantes para evitar a consumação do crime - fls. 227/230). Requereu, ao final, a absolvição do recorrente, com fundamento no art. 386, III, do Código de Processo Penal (fl. 231).

Apresentadas contrarrazões (fls. 238/239), o recurso especial não foi admitido na origem, por incidência da Súmula 83/STJ (fls. 241/245).

# Superior Tribunal de Justiça

Sobreveio o presente agravo (fls. 254/258). Instado a se manifestar, o *Parquet* Federal opinou pelo conhecimento e desprovemento do agravo, nos seguintes termos (fl. 285):

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO. PLEITO DE RECONHECIMENTO DE CRIME IMPOSSÍVEL – MONITORAMENTE ELETRÔNICO – INVIABILIDADE – INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 567/STJ. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 83 DO STJ. PARECER PELO CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO AGRAVO INTERPOSTO.

É o relatório.

O agravo deve ser conhecido, visto que reúne os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade.

Todavia, com razão o *Parquet* Federal: a irresignação não merece prosperar.

Busca a Defensoria Pública a absolvição do ora agravante, com o reconhecimento da ocorrência de crime impossível.

Consta do acórdão recorrido (fls. 217/218):

[...] 12 - Da análise do feito em espeque, constata-se que a presente apelação foi interposta com o fito de reformar a sentença que condenou o apelante pela prática do crime previsto no art. 155, *caput*, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal Brasileiro, fixando pena de 11 (onze) meses de reclusão, a ser cumprida em regime aberto, e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, à razão de 1/30 do valor do salário mínimo vigente à época do fato.

13 - O recorrente, em suma, pleiteia a sua absolvição em virtude da ocorrência de tentativa inidônea no caso concreto, uma vez que estava sendo seguido e monitorado desde o momento em que adentrou ao estabelecimento comercial, o que, por si só, já impossibilitou a consumação do delito de furto, por ineficácia absoluta do meio utilizado.

14 - Ocorre que, o fato de o estabelecimento comercial possuir sistema eletrônico de vigilância e segurança, o que possibilitou a flagrância do recorrente e a recuperação dos objetos furtados, não possui o condão de minimizar a sua culpabilidade e tampouco afastar a tipicidade material do delito.

15 - Na realidade o apelante chegou a adentrar no local do furto, com elevado *animus furandi*, tendo ainda promovido o traslado dos objetos em questão até a saída, mas fora obstado em concluir a sua empreitada criminoso em virtude da ação independente do segurança do local, o qual, de fato, utilizou o sistema de monitoramento para auxílio na confirmação do delito.

16 - Vislumbra-se, assim, que o fato de o estabelecimento -vítima contar com aparato efetivo de vigilância não impossibilita, a bem da verdade, a execução do crime de furto, mas apenas tem o condão obstar minimizar as perdas dos comerciantes, na medida em que não é absolutamente eficaz em todas as situações.

# Superior Tribunal de Justiça

17 - Com efeito, é certo que, mesmo com todo o aparato de segurança, podem ocorrer falhas que propiciem a consumação do crime patrimonial. Assim, a escolha pelo agente de meio de inidoneidade relativa, não pode ser considerada apta a afastar a conduta típica em espeque.

18 - A questão aqui debatida já fora, inclusive, objeto de súmula editada pelo Superior Tribunal de Justiça, dispensando-se, assim, maiores digressões sobre o feito, conforme se infere:

Súmula 567-STJ: Sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, não torna impossível a configuração do crime de furto.

19 - Neste sentir, observe-se o entendimento jurisprudencial da referida Corte Superior:

[...]

Com efeito, está o acórdão impugnado em consonância com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que *a existência de sistema de monitoramento eletrônico ou a observação do praticante do furto por funcionário do estabelecimento, como ocorreu na espécie, não rende ensejo, por si só, ao automático reconhecimento da existência de crime impossível, porquanto, mesmo assim, há possibilidade de o delito ocorrer. Incidência da Súmula 567 desta Corte. Tese firmada em recurso representativo da controvérsia (Resp nº 1.385.621/MG, DJe 2/6/2015) - HC n. 421.688/SP, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 15/2/2018.*

Veja-se ainda:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CRIME IMPOSSÍVEL. SISTEMA DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICO. SÚMULA 567/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A mera existência de sistema de vigilância eletrônico ou a observação dos passos do agente do furto não constituem óbice à consumação do crime ut Súmula 567/STJ.

2. Agravo desprovido.

(AgRg no REsp n. 1.799.940/RS, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 13/6/2019)

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO. ELEVADO VALOR DA *RES FURTIVA*. REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NÃO INCIDÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284/STF. TENTATIVA DE FURTO. SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO. CRIME IMPOSSÍVEL. NÃO OCORRÊNCIA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE HC DE OFÍCIO. INVIABILIDADE.

[...] 4. "A existência de sistema de monitoramento eletrônico ou a observação do praticante do furto pelo gerente do supermercado, como ocorreu na espécie, não rende ensejo, por si só, ao automático reconhecimento da existência de crime impossível, porquanto, mesmo assim, há possibilidade de o delito ocorrer. Incidência da Súmula 567 desta Corte. Tese firmada em recurso representativo da

# *Superior Tribunal de Justiça*

controvérsia (Resp n. 1.385.621/MG, DJe 02/06/2015)" - HC n. 357.795/SP, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 28/6/2016, DJe 1º/8/2016.

[...] 6. Agravo regimental desprovido.

(AgRg nos EDcl no AREsp n. 1.142.327/SP, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 31/5/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. FURTO. MONITORAMENTO. CRIME IMPOSSÍVEL. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. É possível a consumação do delito de furto, ainda que haja vigilância por meios eletrônicos no local dos fatos. Vale dizer, a existência de sistema de segurança não torna, por si só, o crime impossível.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC n. 456.991/RS, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 27/5/2019).

Inafastável, portanto, a incidência das Súmulas n. 83 e 568/STJ, visto que o acórdão recorrido não destoou da orientação jurisprudencial desta Corte.

Pelo exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, **conheço** do agravo para **negar provimento** ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator